

O SER E O FAZER NO ENSINO RELIGIOSO.

SCUSSEL, Marcos André (Instituto Marista Graças)¹

Introdução

Ao refletirmos sobre o Ensino Religioso, precisamos fazer um breve retorno no tempo e conhecê-lo na História da educação brasileira, a qual sempre esteve ligada à história política, cultural e da Igreja. Educação, Estado e Religião estiveram profundamente ligados ao longo da história do nosso país, numa relação nem sempre harmoniosa, mas que influenciou os rumos da educação e da cultura. Este país, influenciado pelo pluralismo cultural e religioso por causa da imigração, teve influências de matriz indígena, européia, e africana, inicialmente, e mais tarde também de matriz oriental. Um pluralismo que necessita ser compreendido, estudado, respeitado e celebrado. Uma realidade singular que ainda não está plenamente incluída em nossas propostas educativas.

Quando olhamos para a História do Ensino Religioso no Brasil, percebemos que há uma significativa relação entre a religião, a educação e o estado, e algumas destas influências ainda estão arraigadas na estrutura educacional, mesmo depois de mudanças paradigmáticas e legislativas. Diante da realidade global na qual vivemos, novas posturas docentes são exigidas para que a educação possa continuar sendo uma referência na construção de um mundo melhor. A escola, não tendo mais o monopólio das informações, assume um novo papel no processo educacional. O professor assume a missão de construir os conhecimentos nas relações que estabelece e um novo perfil docente para o Ensino Religioso vai sendo construído a partir dessas necessidades educativas. Uma postura que o faz interagir muito mais com o aluno. Segundo Cabanas essa interação que acontece no processo pedagógico não é neutra. “É muito difícil educar um indivíduo sem influenciá-lo; no limite diríamos que é impossível, (...) o educador corre sempre o risco de dar algo de si ao seu educando.”²

Ao longo da história, percebemos que muitos avanços foram conquistados e podemos dizer que estamos construindo uma nova história do Ensino Religioso no Brasil. Uma história marcada pelo diálogo, pela reflexão, pela partilha e pela construção de caminhos de inclusão e respeito às diversidades culturais e religiosas do povo brasileiro, que é permeada por fenômenos religiosos que se constituem num verdadeiro “mundo das religiões e religiosidades”.³ Um diálogo que parte da fé, mas transcende o aspecto dogmático e doutrinal das instituições religiosas, assumindo uma cientificidade

capaz de compreender os fenômenos religiosos, respeitando as crenças, criando-se nas escolas um espaço para a reflexão sobre a religiosidade humana como algo intrínseco à vida, independente do seguimento ou não de uma religião. Surge então uma nova função para o professor que, além do conhecimento historicamente construído, precisa compreender sua religiosidade para a partilha e o diálogo inter-religioso; aspectos essenciais deste novo Ensino Religioso. Um diálogo inter-religioso que pressupõe humildade, convicção religiosa e abertura à verdade.⁴

A História

Olhando para a história do Brasil, podemos perceber que, quando os portugueses aqui chegaram em 1500, não estavam preocupados com a formação cultural, religiosa e intelectual do povo, antes procuravam um meio de participação e inserção nesta cultura e terra a que estavam chegando. O jeito escolhido para tomar posse destas terras foi impondo a sua cultura, seus costumes, sua visão de mundo e determinando os caminhos de vida e de salvação. Ao tomar posse desta terra e explorar suas riquezas, acabaram destruindo a maior de todas elas que é a cultura do povo primitivo, seus costumes e suas crenças.

Somos fruto de uma cultura que, influenciada por um determinado paradigma e uma concepção de mundo e de vida, gerou certas conseqüências desumanas se olharmos com a visão de hoje. Não se trata de encontrar responsáveis, mas de compreender, fazer uma memória ética dos fatos e reconstruir o que ainda está ao nosso alcance enquanto educadores, para que este passado de destruição e desrespeito não continue hoje em nossas escolas, ainda que de forma sutil, excluindo e ignorando as crenças e os costumes dos povos que formam esta nação.

Ao longo dos primeiros quatro séculos, este país foi formatado como possuidor de uma sociedade unirreligiosa. Tendo o catolicismo como religião oficial, coube aos jesuítas a tarefa de junto com a Coroa Portuguesa fazer com que o povo se integrasse aos valores da sociedade européia. Muito mais do que a salvação, o batismo na Igreja Católica lhes garantia o direito de serem reconhecidos como cidadãos.

Até a Proclamação da República no Brasil, o Ensino Religioso era catequético e buscava a conversão de todos ao catolicismo. A partir da República, ele passa a ser área de conflito explícito, pois a partir deste momento histórico, o ensino no Brasil deveria ser leigo e não mais tutelado por nenhuma tradição religiosa. Este foi o argumento em todas as Constituintes brasileiras republicanas.⁵ Surge a concepção de

Estado laico, onde este não assume uma confissão, mas permite a liberdade aos cidadãos para professarem suas crenças.

Os povos que aqui viviam antes da chegada dos portugueses estavam construindo sua história e sua cultura profundamente integrados à natureza. Suas crenças, sua organização social e política e a educação não eram momentos estanques do processo da vida, mas faziam parte de um todo, integrando a vida e o meio em que viviam. Não havia a necessidade de escolas porque a aprendizagem era constante; não havia a necessidade de Ensino Religioso, pois as crenças e rituais faziam parte da vida e do dia-a-dia de cada um. Hoje as tradições indígenas voltaram a ser estudadas em nossas escolas, mas ainda precisamos compreender e respeitar a fé e a cultura destes povos.

O catolicismo, trazido ao Brasil pelos portugueses, já possuía influências míticas e pagãs, as quais, em contato com as religiões indígenas e africanas, que acrescentou crenças mágico-fetichistas e animistas, também com a influência dos rituais Xamanistas, produziu uma concepção própria de vivência religiosa deste povo.⁶ O pluralismo religioso já marcava a sociedade, mas até a Proclamação da República eram proibidas manifestações públicas de outras tradições religiosas.

A partir da República, observa-se uma mudança profunda nesta realidade, pois a separação orgânica entre a Igreja e o Estado autorizava a fragmentação do campo religioso brasileiro. Buscava-se construir um Estado a partir de princípios filosóficos e políticos laicos. A primeira Constituição Republicana afirma que: “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino”.⁷ Influenciados pela interpretação francesa da “neutralidade escolar”, os legisladores do regime republicano assumiram a expressão “ensino leigo” como a ausência de elementos oriundos das crenças dos cidadãos que freqüentavam as escolas mantidas pelo sistema estatal.

Segundo Junqueira, “A discussão na organização escolar não era apenas quanto ao modelo do Ensino Religioso, mas também da concepção de educação como um todo, revelando uma oscilação entre a influência humanista clássica e a realista, ou científica”.⁸ Mais que uma questão religiosa havia uma mudança de paradigma em discussão.

Na República o Estado assumiu a responsabilidade de organizar no Brasil uma rede de ensino pública e gratuita para todos e por meio da Constituição de 1934 estabelece um Plano Nacional de Educação. Em seu artigo 153 declarava: “O ensino religioso será de matrícula facultativa, e ministrado de acordo com os princípios da

confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”.⁹ Inicia-se aqui, teoricamente, uma abertura de respeito à diversidade religiosa do povo brasileiro e mantêm-se o estudo da religiosidade por considerar importante para a formação integral do ser humano.

A introdução do Ensino Religioso nas escolas teve também um caráter ideológico.

Ao identificar “formação moral” com a educação religiosa e transferir desta forma para a Igreja a responsabilidade da formação moral do cidadão, o governo não apenas responde às exigências dos educadores católicos, que reclamavam para a igreja essa tarefa, mas também se mostra fiel à sua concepção autoritária, pelo estabelecimento de mecanismos para reforçar a disciplina e a autoridade.¹⁰

Na Constituição de 1946, o Ensino Religioso é contemplado como dever do Estado para com a liberdade religiosa do cidadão que freqüenta a escola. A Lei de Diretrizes e Bases 4.024/61, artigo 97, produz algumas modificações que restringem o seu espaço no sistema educacional e enfraquecem a responsabilidade do estado para com o seu conteúdo e para com os seus professores. “Os enunciados ‘sem ônus para os cofres públicos’, ‘de acordo com a confissão religiosa dos alunos’ e ‘formação de classe para o Ensino Religioso’ apontam para um ensino confessional, desintegrado do conjunto das disciplinas do currículo e discriminado por classes especiais.”¹¹

Em 1986 ocorrem algumas mudanças nas concepções paradigmáticas vigentes. Instaura-se uma crise cultural que afeta toda a sociedade. Neste período acontece o processo de abertura política no país; difunde-se a liberdade de imprensa; volta-se a debater as questões de educação e religião. Ganham força os debates sobre a Teologia da Libertação¹², e o fenômeno da diversidade religiosa torna-se mais evidente. Os movimentos sociais e culturais se afirmam conquistando seu espaço e liberdade de manifestação.

A educação e o Ensino Religioso sofrem profundos questionamentos e reflexões sobre a sua identidade. Surgem novas concepções de evangelização e inicia-se um movimento que busca assegurar o respeito à diversidade cultural e religiosa. Até a aprovação da nova LDB o Ensino Religioso passa a ser alvo de inúmeras discussões e polêmicas. De um lado, os defensores de sua permanência na escola, do outro, os defensores de sua exclusão. Ganha força o movimento que busca a sua permanência na escola, ressaltando a importância de o educando compreender a sua dimensão

religiosa, permitindo encontrar respostas aos seus questionamentos existenciais, construindo um sentido para a sua vida e respeitando as diferenças.

Depois de alguns anos tramitando no congresso e de muitos debates, no dia 20 de dezembro de 1996 foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sob nº. 9.394/96. Com uma visão progressista possibilitou inúmeras mudanças na educação e também no Ensino Religioso expresso no artigo 33. A nova LDB inovou na compreensão e organização deste componente, mas acabou inviabilizando a sua prática. Dizer que é de matrícula facultativa e sem ônus para os cofres públicos foi decretar a sua saída do currículo. E em 22 de julho de 1997 é aprovada a lei 9.475/97 alterando o artigo 33 da LDB que passa a ter a seguinte redação:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão, constituindo disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. § 1º - Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2º - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.¹³

Embora equivocada, pois ao mesmo tempo em que declara ser o Ensino Religioso de matrícula facultativa, afirma ser parte integrante da formação básica e necessária para o ser humano. Esta redação agradou mais às instituições religiosas do que a anterior.

O Ensino Religioso

Vimos que o contexto como um todo influenciou as experiências desenvolvidas como Ensino Religioso. Uma nova concepção também surge a partir do contexto quando esta realidade é pensada, estudada, compreendida e debatida. Uma nova proposta surge quando os sujeitos envolvidos são capazes de provocar esta mudança. É preciso compreender a dimensão política da problemática epistemológica e perceber o valor teórico, social e pedagógico do estudo da religiosidade para a formação do educando.

Como disciplina integrante do sistema educacional na sua globalidade, o Ensino Religioso é o processo de educação da dimensão religiosa do ser humano que, na busca da razão de existir, realiza a experiência do religioso, num movimento de relação profunda consigo mesmo, com o mundo cósmico, com o outro, seu semelhante, e com o Transcendente.¹⁴

O Pe. Wolfgang Gruen, um dos grandes teóricos que ampliou o debate e as definições sobre o Ensino Religioso, estudioso de Paul Tillich foi buscar nele a concepção de religiosidade como algo intrínseco ao ser humano, enquanto uma dimensão de profundidade de todas as dimensões humanas. Para Tillich a religião não é a instituição na qual se realiza o contato entre Deus e o homem, mas ser religioso significa estar apaixonado pela pesquisa do sentido da vida e estar aberto a qualquer resposta que possa surgir. “A vida sob a dimensão do espírito se expressa numa função que é definida pela autotranscendência da vida, isto é, religião.”¹⁵

A religião, enquanto autotranscendência da vida no reino do espírito, é a busca por uma resposta pelo sentido da vida. “A realização da busca da vida sem-ambigüidade transcende qualquer forma ou símbolo religioso no qual possa se expressar.”¹⁶ Essa concepção de religiosidade de Tillich nos aponta perspectivas de diálogo inter-religioso. Num pensar nas fronteiras, institui o diálogo crítico como forma de ampliar a compreensão dos fenômenos.

A nova LDB e as leis que se sucederam trouxeram avanços significativos em termos de reconhecimento do Ensino Religioso como uma disciplina curricular normal no sistema de ensino fazendo parte da formação básica, dando-lhe *status*, porém a sociedade continua dividida quanto à sua aceitação. Alguns ainda o defendem como ensino de uma Religião, e por isso encontram muitas resistências no seu desenvolvimento. Nos depoimentos das educadoras¹⁷ do Curso Normal participantes da pesquisa percebemos a resistência de alunos, professores e escolas em relação ao desenvolvimento das aulas de Ensino Religioso. Por falta de qualificação muitos desses educadores acabam ministrando aulas de forma catequética e confessional, criando um sentimento de rejeição por parte dos alunos. Ou as desenvolvem numa perspectiva moralista, propondo valores e princípios éticos a serem seguidos.

Por outro lado, há um movimento significativo que reconhece o Ensino Religioso como um componente curricular que não pode ser ignorado no fazer educativo das escolas. Existe um patrimônio religioso que faz parte da cultura e da vida do ser humano e ninguém tem o direito de privatizá-lo nas instituições religiosas. Todos têm direito de conhecer este patrimônio religioso que pertence à humanidade. Negar o acesso a ele é negar um dos aspectos centrais da vida humana que é a religiosidade.

Entende-se também que a Escola é o espaço de construção de conhecimentos e principalmente de socialização dos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados. Como todo conhecimento humano é sempre patrimônio da humanidade, o conhecimento religioso deve também estar disponível a todos os que a ele queiram ter acesso.¹⁸

O Ensino Religioso apresenta-se como um espaço de diálogo entre educadores e educandos, que sem fazer proselitismo, procuram estudar o fenômeno religioso. Aqui o conhecimento religioso sai do âmbito das instituições religiosas e ganha espaço de discussão em nível científico. Supera-se a visão fragmentada que separou o mundo profano do sagrado, a fé da razão e busca-se integrar todos os conhecimentos valorizando o ser humano em todas as suas dimensões. Compreende-se o religioso como um conhecimento humano e o Ensino Religioso como um espaço de construção de conhecimentos e principalmente de socialização destes conhecimentos.

O Ensino Religioso está, portanto, integrado às demais áreas do conhecimento, fazendo parte dos componentes curriculares do sistema de ensino. Deve-se trabalhar a partir de uma proposta interdisciplinar, associando-o aos demais saberes, relacionando fé, cultura e vida. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais destaca-se a necessidade da integração entre o aspecto religioso e a cultura: “Cada cultura tem, em sua estruturação e manutenção, o substrato religioso que a caracteriza. Este o unifica à vida coletiva diante de seus desafios e conflitos”.¹⁹ Assim cada cultura vivencia e expressa a sua religiosidade de maneira diferente, produzindo conhecimentos diversos.

A religião é um elemento integrador nas culturas, isso se percebe claramente nos processos migratórios. É nas instituições religiosas que as pessoas encontram espaço de encontro e partilha da vida e dos costumes. Isso é marca significativa nas comunidades quando os imigrantes alemães, italianos e outros chegaram; a primeira instituição comunitária a ser construída foi a igreja, ela se tornou o ponto de encontro e de apoio da cultura, dos costumes e da fé do povo.

O ser, a cultura e a fé fazem parte da estrutura humana e se manifestam na religiosidade. Segundo Paul Tillich, “as auto-afirmações ôntica e espiritual precisam ser distinguidas, mas não podem ser separadas. O ser do homem inclui sua relação com as significações. Seu ser é espiritual, mesmo nas expressões mais primitivas do mais primitivo ser humano”.²⁰ O homem é um ser espiritual e seu mundo é aquilo que ele é, suas significações e seus valores.

A religiosidade acontece na experiência cotidiana da vida, na relação com o mundo, com o transcendente, com a sociedade, com a natureza e consigo mesmo. Esta religiosidade que perpassa a vida concreta das pessoas e das culturas influencia as suas relações, concepções, valores, conceitos, atitudes, pensamentos e emoções. Isso tudo se expressa através do fenômeno religioso que é manifestação desta religiosidade humana.

O fenômeno religioso, o objeto de estudos do Ensino Religioso, não deve ser visto a partir da fé das pessoas. A fé religiosa não é o ponto de partida do discurso, nem um pressuposto para o Ensino Religioso. Mas a “fé como ato da pessoa como um todo”²¹, que participa da dinâmica da vida pessoal, é o ponto fundamental para podermos partilhar e dialogar. A fé que professamos, não somente na instituição religiosa, mas na nossa vida, torna-se objeto de estudo. Este conhecimento religioso ganha, na escola, um espaço de estudo científico, onde não se centra a discussão na fé, mas nas manifestações desta na cultura e na vida do povo. Atualmente vivenciamos profundas reflexões quanto aos processos educativos, principalmente no que se refere ao papel de quem ensina. O centro desloca-se do processo de passar informações para a complexa relação que se estabelece entre o educando, o educador e as informações. O dinamismo do processo educativo passa pela experiência de vida dos envolvidos, pelos conhecimentos historicamente construídos e pela construção de novos conhecimentos. Enfatiza-se a competência relacional com as diferentes condições culturais em que se está inserido.

O educador

Nenhum processo educativo se constitui eficiente sem um bom educador. Cabe a ele, ao timoneiro da educação, possibilitar que a escola se transforme em um espaço educativo, de partilha, reflexão e construção de saberes. Qualquer mudança na área educacional passa pela formação e valorização dos professores. No Brasil ainda estamos engatinhando no que se refere a cursos de formação de professores de Ensino Religioso. Existem pouquíssimos cursos de graduação²². No Rio Grande do Sul ainda não temos cursos de graduação, somente alguns em nível de especialização²³ e somente duas universidades²⁴ têm em seus currículos disciplinas que preparam os alunos de Pedagogia Séries Iniciais para desenvolverem Ensino Religioso em suas práticas educativas. Mas, já estão surgindo concursos públicos²⁵ para este componente curricular exigindo esta qualificação.

Enquanto a qualificação nesta área é construída, muitos buscam por conta própria desenvolver as habilidades necessárias para o bom exercício da profissão. Além da cultura religiosa, elementos da filosofia, da antropologia, da psicologia, da sociologia, da história e da geografia são importantes para melhor compreender e dialogar sobre o fenômeno religioso. Frente a isso, faz-se necessário uma formação específica em que sejam contemplados, entre outros, os conteúdos: Culturas e

Tradições Religiosas; Escrituras Sagradas; Teologias comparadas; Ritos e Ethos, garantindo formação adequada ao desempenho de sua ação educativa.²⁶

Mais que habilidades inatas e carismas pessoais, o professor precisa desenvolver constantemente suas habilidades e competências para um bom desempenho docente. Além disso, o ato de educar nos projeta ao futuro, nos remete à responsabilidade de desenvolvermos competências e habilidades nos alunos para que possam construir um mundo melhor.

Uma educação melhor depende também de bons educadores. E a educação é uma missão. “A missão supõe, evidentemente, a fé: fé na cultura e fé nas possibilidades do espírito humano... é missão muito elevada e difícil, uma vez que supõe, ao mesmo tempo, arte, fé e amor”²⁷

O professor de Ensino Religioso tem muitos desafios. Ele precisa estar aberto ao outro, conviver com o diferente, conhecer e acolher as verdades de fé das tradições religiosas e precisa ter clareza da sua religiosidade para acolher a experiência religiosa do aluno. Segundo Elli Benincá, o educador de Ensino Religioso deve ser um investigador consciente de sua religiosidade. “O mínimo que se requer do investigador é que possua experiência religiosa e uma pré-compreensão do fenômeno religioso”²⁸ A sala de aula é o local de aprender, mas principalmente de partilhar e de construir conhecimentos, relações e significados para a vida.

É preciso que sejam criadas oportunidades para favorecer o professor no que diz respeito ao desenvolvimento de sua religiosidade. São vitais para que a experiência do professor antecipe a do aluno, questionando sua própria religiosidade, identificando a qualidade de suas experiências e, reconhecendo-as como suas e particulares, desenvolva condições adequadas ao seu processo de crescimento interior.²⁹

Partilhamos as experiências que vamos construindo nas relações que estabelecemos com os outros e com o sagrado. “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.”³⁰ Ensinamos aquilo que somos. E o que aprendemos ajuda-nos a ser o que somos. Nesta concepção de uma prática educativa dialógica o Ensino Religioso não é a transmissão de informações e conhecimentos religiosos de uma ou de várias tradições religiosas como foi ao longo da história da educação brasileira.

É fácil identificar, isolar e estudar a religião como o comportamento exótico de grupos sociais restritos e distantes. Mas é necessário reconhecê-la como presença invisível, sutil, disfarçada, que se constitui num dos fios com que se tece o acontecer do nosso cotidiano. A religião está mais próxima de nossa experiência pessoal do que desejamos admitir.³¹

A religiosidade é um dado da realidade que precisa ser conhecido e compreendido. É um aspecto do desenvolvimento integral da pessoa e deve estar presente em sua formação. A religiosidade vivida integralmente de forma madura e equilibrada nos conduz a uma responsabilidade social pelo bem-estar pessoal, comunitário e planetário.

O grupo de educadoras participantes da pesquisa era heterogêneo, algumas vivenciavam sua religiosidade pessoal e comunitariamente em instituições religiosas, outras possuíam uma vivência pessoal individual, ritualizando-a somente nos momentos difíceis da vida. Estas últimas demonstraram dificuldade na partilha e na condução das aulas de Ensino Religioso, apresentando inúmeras situações que estariam dificultando o desenvolvimento dessas aulas.

As educadoras que possuem uma vivência religiosa pessoal e institucional conseguiram desenvolver inúmeras atividades por elas relatadas, contemplando a dimensão da religiosidade humana e também estabelecendo conexões com outras áreas do conhecimento construindo projetos interdisciplinares. A maturidade na fé possibilitou trabalhar a temática com mais segurança e convicção de sua importância.

Nesta perspectiva, o professor precisa estar preparado, ser sensível ao pluralismo religioso e cultural e trabalhar a partir de um ponto de partida mais universal para o ser humano, como as perguntas sobre o sentido da vida, a busca humana pelo sagrado, pelo transcendente. É a partir das perguntas que surgiram as religiões, e é através delas que acontece o processo de aprendizagem. O professor de Ensino Religioso não é aquele que dá respostas doutrinárias às perguntas dos alunos, mas aquele que os questiona e os ajuda na construção de suas verdades de fé, nas suas crenças e nas convicções religiosas e os auxilia a construir um sentido para a sua vida.

A razão científica não é a única verdade, o mito, o símbolo, a poesia, os rituais de fé, pessoais e institucionais, também são verdades e merecem ser estudadas e compreendidas. São linguagens diferentes que trazem significados profundos para a vida humana, linguagens simbólicas que geram verdades existenciais.

Para finalizar, apresento os depoimentos das educadoras reforçando as palavras de Mário Sérgio Cortella³² quando fala que o “Ensino Religioso é parte fundamental da tarefa educativa”, incluindo a dimensão religiosa no desenvolvimento do ser humano, e a educação tem esta missão. Continua ele afirmando que o Ensino Religioso precisa de “robusta base científica”, isto é, o seu estudo não é tarefa de instituições religiosas, mas possui um princípio epistemológico que permite o seu

conhecimento sem proselitismo e doutrinação, mas enquanto Ciência da Religião e da Religiosidade.

O Ensino Religioso precisa, também, de uma “religiosidade consciente”. O educador que aceita o desafio de trabalhar neste componente curricular precisa ter clareza de sua vivência religiosa. Um dos centros desta pesquisa mostrou justamente este aspecto, que o fazer educativo do educador, em especial o de Ensino Religioso, é permeado pela sua vivência da fé, pela vivência do “mistério”, daquilo que nos toca incondicionalmente. Consegue reler o fenômeno religioso e desenvolver o diálogo inter-religioso o educador que tem consciência do seu desenvolvimento espiritual, que tem consciência daquilo em que acredita e da força das experiências religiosas em sua vida. As educadoras que possuem esta vivência conseguiram de forma mais concreta trabalhar esta dimensão em suas aulas. As educadoras que não têm clareza dos seus rituais religiosos, das suas crenças, de como a fé se manifesta em sua vida tiveram dificuldades para construir com os alunos um espaço de partilha e estudo do fenômeno religioso.

Segundo Cortella, a “solidez pedagógica” é outro compromisso do Ensino Religioso. Sem conteúdo não é possível uma boa aula, mas sem uma boa metodologia ela se torna impraticável. As educadoras descreveram inúmeras atividades desenvolvidas com seus alunos de forma criativa, envolvente, cativante e participativa. São educadoras espirituais que em seu fazer pedagógico priorizaram o desenvolvimento desta dimensão religiosa sem fazer proselitismo. O conteúdo não é o principal problema, mas sim a metodologia. O proselitismo não está no conteúdo desenvolvido, mas na metodologia, na forma como o educador vai abordar determinado conteúdo, partilhar as experiências e construir o conhecimento. A didática é fundamental para que haja respeito e valorização das diferentes manifestações e experiências religiosas partilhadas. A educadora sete destacou inúmeras atividades desenvolvidas de forma dinâmica em suas aulas, trabalhando Ensino Religioso também de forma interdisciplinar.

Cortella afirma ainda que o Ensino Religioso precisa de “compromisso cidadão”. Nas entrevistas analisadas, ficou evidente a preocupação das educadoras com a dimensão social e cidadã dos seus alunos. As educadoras não estavam preocupadas somente em ensinar seus alunos a ler e a escrever, mas que, através do ler, do escrever e do fazer contas, eles pudessem ter uma vida mais digna, mais autônoma e melhor. Preocupadas também em desenvolver um espírito de solidariedade e ajuda

diante das dificuldades por eles enfrentadas. A reflexão sobre as manifestações religiosas permitia aos alunos desenvolverem um senso crítico em relação às instituições que transformam o sentido espiritual da vida em processos materiais imanentes de busca de auto-realização.

No Ensino Religioso, assim como em outras áreas, o conhecimento deve “ajudar a interpretar a vida, estabelecer relações entre os fatos, escolher caminhos, discernir valores”.³³ É importante que antes de estudar os ritos religiosos, o Ensino Religioso ajude a resgatar o que há de rito na vida dos alunos, preserve a identidade e respeite o *ethos*.

Para o desenvolvimento de um Ensino Religioso coerente, científico e significativo é preciso que o educador possa compreender-se como um ser religioso e perceber esta dimensão em sua vida e na vida dos outros, dos seus educandos. Os parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso são claros quanto ao profissional de educação dessa área. “A constante busca do conhecimento das manifestações religiosas, a clareza quanto à sua própria convicção de fé, a consciência da complexidade da questão religiosa e a sensibilidade à pluralidade são requisitos essenciais no profissional do ensino religioso.”³⁴

Neste processo é importante respeitar sempre o sentimento religioso próprio e do outro. Este é um dos objetivos e também um desafio metodológico para o Ensino Religioso. Terezinha da Cruz defende a idéia de que no Ensino Religioso devemos proporcionar um espaço onde a criança e o jovem, e eu acrescento também o professor, possam aprender o quanto o seu próprio sentimento religioso é merecedor de respeito e possam ter uma satisfação maior na afirmação de sua identidade de fé.³⁵ A vivência religiosa ajuda a dar significado e um sentido mais profundo para a vida humana.

Considerações finais

É preciso despertar em diretores, professores, pais e alunos a percepção da importância do Ensino Religioso no processo educativo; é preciso que o professor de Ensino Religioso respeite o ser humano e as suas crenças; que acredite em si, nos outros e na transcendência e que tenha consciência de sua vivência religiosa, pois assim terá mais facilidade para dialogar com os outros a partir da fé, respeitar a diversidade religiosa, não fazer proselitismo e construir uma vida mais humana com os alunos.

Uma vivência fundamentada na fé que transcende a experiência mística e o encontro divino-humano. Uma fé que para Tillich é a base da coragem de ser, e “a coragem de ser está enraizada no Deus que aparece quando Deus desapareceu na ansiedade da dúvida.”³⁶ Continua Tillich afirmando que o homem poderá dominar a inescapável ansiedade que o cerca por meio da coragem de aceitar as dimensões do mundo em que vive, da coragem de estar só, e da coragem de participar do poder do criador que existe em todo ser humano.³⁷

Urge que os educadores saibam aproveitar o espaço do Ensino Religioso que existe em nossas escolas para criar uma consciência crítica em relação à dimensão religiosa da vida e da compreensão dos fenômenos. Que permita que as pessoas possam compreender-se como seres religiosos e que vivenciem uma religiosidade saudável e madura. É necessário que o educador se perceba como um ser religioso para dialogar com os outros e respeitar esta dimensão humana em seu fazer educativo. Para uma educação integral é necessário formar educadores mais espiritualizados, conscientes de sua religiosidade, de sua fé, pois, quanto mais evoluído o ser humano neste sentido, melhor será o mundo, melhor será a educação.

Notas e Referências

¹ Filósofo, Especialista em Metodologia do Ensino Religioso e Mestre em Educação.

² CABANAS, José Maria Quintana. **Teoria da Educação: concepção antinômica da educação**. Porto, Portugal: ASA Editores, 2002, p. 243.

³ FOLLMANN, José Ivo. O mundo das religiões e religiosidades: alguns números e apontamentos para uma reflexão sobre novos desafios. In SACARTELLI, **Religião, Cultura e Educação**, 2006, p. 11-28.

⁴ TEIXEIRA, Diálogo inter-religioso e educação para a alteridade. In SCARLATELLI, Cleide et al (org.). **Religião, cultura e educação**. São Leopoldo, Editora da Unisinos, 2006, p. 29 – 40.

⁵ FONAPER. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Religioso**. São Paulo: Ave Maria, 1998, p. 14.

⁶ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Ensino Religioso um histórico processo. In: JUNQUEIRA e ALVES (org.). **Educação Religiosa: construção da identidade do Ensino Religioso e da Pastoral Escolar**. Curitiba: Champagnat, 2002, p. 16.

⁷ FONAPER, 1998, p. 14.

⁸ JUNQUEIRA, 2002, p. 31.

⁹ FONAPER, 1998, p. 14.

¹⁰ JUNQUEIRA, 2002, p. 36.

¹¹ MARKUS, Cledes. Culturas e Religiões: implicações para o Ensino religioso. **Cadernos do Comin nº 9**. São Leopoldo, [s. n], 2002, p. 35.

¹² MARKUS, 2002.

¹³ BRASIL. **Lei 9.475/97 do Conselho Nacional de Educação**. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acesso em: fev., 2006.

¹⁴ FIGUEIREDO, Anísia. **Ensino Religioso, Perspectivas Pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 1995, p.110.

¹⁵ TILLICH, Paul. **Teologia Sistemática**. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Ed. Paulinas, 1984, p. 460.

¹⁶ TILLICH, 1984, p. 467.

¹⁷ Depoimentos, entrevistas e memoriais descritivos das alunas do Curso Normal na Disciplina de Didática do Ensino Religioso. Viamão, 2005/2006.

¹⁸ FONAPER, 1998, p. 21.

¹⁹ FONAPER, 1998, p. 19.

-
- ²⁰ TILLICH, Paul. **A Coragem de Ser**: baseado nas Conferências Terry, pronunciadas na Yale University. 3. ed. Trad. Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 39.
- ²¹ TILLICH, Paul. **Dinâmica da Fé**. Trad. Walter Schlupp. São Leopoldo: Sinodal, 2002.
- ²² Debate-se sobre qual curso seria mais adequado para a formação de educadores para o Ensino Religioso. "O docente formado numa licenciatura em Ciências da Religião será capaz de trabalhar numa perspectiva pluri-religiosa e de focar o fenômeno religioso como construção sociocultural." MENEGHETTI, Rosa. Comentários ao documento. e TEIXEIRA, Faustino. Ciências da Religião e "ensino religioso". In SENA, Luzia (Org.). **Ensino religioso e formação docente**: ciências da religião e ensino religioso em diálogo. São Paulo: Paulinas, 2006. E GRESCHAT, Hans-Jürgen. **O que é Ciência da Religião?** São Paulo: Paulinas, 2005.
- ²³ OLIVEIRA, Lílian (et al). Curso de Formação de Professores. In SENA, Luzia (Org.). **Ensino religioso e formação docente**: ciências da religião e ensino religioso em diálogo. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 91.
- ²⁴ Conforme pesquisa realizada nos sites das universidades do Rio Grande do Sul em outubro de 2006 somente UPF e UNISINOS possuem disciplinas como Didática ou Metodologia do Ensino Religioso nos Cursos de Pedagogia Séries Iniciais.
- ²⁵ Concurso para professores do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 2005.
- ²⁶ FONAPER, 1998, p. 28.
- ²⁷ MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 4. ed. Trad. Eloá Jacobina. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 102.
- ²⁸ BENINCÁ, Elli. O Ensino Religioso e a fenomenologia religiosa. In KLEIN, Remi, WACHS, Manfredo Carlos e FUCHS, Henri Luiz. **O Ensino Religioso e o Pastorado Escolar**. São Leopoldo: 2001, p. 54-63.
- ²⁹ PURIFICAÇÃO, Maria Cecília de Souza e Castro da. Educador aprendiz, in **Revista Diálogo** ano IX, nº 34, p. 33, maio de 2004.
- ³⁰ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 25.
- ³¹ ALVES, Rubem. **O que é religião?** 7 ed., São Paulo: Loyola, 2006, p. 13.
- ³² CORTELLA, Mário Sérgio. Educação, Ensino Religioso e formação docente. In SENA, Luzia (Org.). **Ensino Religioso e Formação Docente**: ciências da religião e ensino religioso em diálogo. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 11-20.
- ³³ CRUZ, Therezinha Motta Lima da. Dimensão metodológica do Ensino Religioso. Pensando o novo num mundo em mudança. In KLEIN, Remi, WACHS, Manfredo Carlos e FUCHS, Henri Luiz. **O Ensino Religioso e o Pastorado Escolar**. São Leopoldo: s/e, 2001, p. 71.
- ³⁴ FONAPER, 1998, p. 28.
- ³⁵ CRUZ, 2001, p. 73.
- ³⁶ TILLICH, 1976, p. 146.
- ³⁷ TILLICH, 1976.